



ACTA Nº 5/2008

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2008
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 30 DE JUNHO DE 2008

-----No dia 30 de Junho de 2008, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de Junho, convocada ao abrigo do nº 1 do Art. 49º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Art. 19º, do nº 1 e nº 7 do Art. 23º, do nº 3 do Art. 26º e nº 2 do Art. 29º, todos do respectivo Regimento da Assembleia Municipal, os Deputados Municipais, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento do ano 2008;*
- PONTO 2 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação do Estudo de Ocupação da Via Pública e Circulação nas Ruas 25 de Abril e Silva Lopes, em Lagos;*
- PONTO 4 - *E. L., S. A. – Estacionamentos de Lagos, S. A.:*
 - 4.1 - *Apreciação e votação do pedido de atribuição de interesse público aos Parques de Estacionamento do Anel Verde/Parque da Cidade e Frente Ribeirinha;*
 - 4.2 - *Apreciação e votação do pedido de isenção das taxas pela concessão de autorização das obras e respectiva autorização de utilização;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de Alteração ao Regulamento de Componente de Apoio à Família;*
- PONTO 6 - *Apreciação das Deliberações da Assembleia da Juventude.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 21 horas e 01 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António Lourenço do Rosário Barroso



Fl. 37v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	José António Espírito Santo Nunes (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
IND	José Mariano Monteiro de Jesus

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
IND	Eduardo Morales Almeida Santana



-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto	1 dia	Carlos Manuel Batista Serrão
PS	Carlos Manuel Batista Serrão	1 dia	António Lourenço do Rosário Barroso

-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente Junta de Freguesia de Santa Maria)	Solicitou substituição para o dia 3/03/2008, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11/01.
PS	José Manuel Espírito Santo Nunes (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Santa Maria)	Substituto legal, designado pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria.

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO O DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Vice-Presidente
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
PSD	Saúl da Silva Baptista - Vereador

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE FALTARAM À REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	António Marreiros Gonçalves - Vereador
PSD	Fernando Ferreira Alves - Vereador



Fl. 38v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----**ACTA DE REUNIÃO ANTERIOR:** Dispensada a sua leitura, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos grupos municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foi pelo Plenário apreciada a seguinte acta:

-----Acta nº 10/2007 da 3ª Reunião da Sessão Ordinária de Junho de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 9 de Julho de 2007.-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre a referida Acta, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** Interveio o Município Sr. João Neves que perguntou o que tinha que fazer para saber as datas da realização das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal, uma vez que mora em Romeiras, Barão de S. João e este tipo de informação não chega lá. Disse que nem todos têm computador e há muita gente analfabeta. Afirmou que o sítio onde mora é “tipo terra de ninguém. Paga-se impostos e não se tem direito a nada”.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), esclareceu que sempre que há reuniões, quer da Assembleia Municipal, quer da Câmara Municipal, é afixada informação em todas as Juntas de Freguesia, em todos os Mercados e em todos os locais normais de estilo.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 166/08 a 237/08, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 97/08 a 148/08, inclusive.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu o seguinte Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo do PS: “Considerando que: a) A Rua 25 de Abril e a Rua Silva Lopes constituem dois dos principais eixos do núcleo histórico, arquitectónico, vivencial e comercial do Centro Histórico de Lagos, que são propensas a alguns problemas de coexistência entre o seu elevado volume de tráfego, as funções de habitação e serviços dos edifícios e espaços públicos que as marginam, podendo, por este facto, gerar pontuais conflitos de convivência entre as suas funções de “estrada”, de “rua” e de “espaço habitacional, comercial e de lazer”; b) A qualidade de vida da população residente e visitante, mas também de todos os trabalhadores e comerciantes que exercem as suas actividades profissionais nos supra citados arruamentos, a par da preservação do legado patrimonial singular herdado de gerações passadas, são preocupações constantes da Autarquia; c) A Autarquia por via dos instrumentos de gestão territorial vigentes, mas também com acções concretas, procura aumentar os níveis de fruição do espaço público adoptando para o efeito políticas de desenvolvimento económico, cultural, ambiental e social que se traduzem num território mais equilibrado e organizado, de acordo com um plano estratégico de transformação territorial que preconiza um desenvolvimento sustentável para todo o Concelho; d) A parceria entre Câmara Municipal de Lagos e a ACRAL – Associação de Comércio e Serviços da Região do Algarve permitiu desenvolver e implementar um bem sucedido projecto de urbanismo comercial - URBCOM - que visa a modernização dos estabelecimentos, a



melhoria do nível de qualidade dos produtos e serviços, o reforço da oferta comercial na zona de intervenção e a qualificação do espaço público envolvente, através da requalificação da Rua 25 de Abril e a Rua Silva Lopes; e) A intervenção na Rua 25 de Abril e na Rua Silva Lopes visa o incremento e requalificação das áreas pedonais, dos espaços públicos e áreas verdes, da sinalética, da iluminação, do mobiliário e do equipamento urbano, proporcionando deste modo melhores ruas e concomitantemente contribuindo para tornar a cidade mais atractiva do ponto de vista da vivência urbana e da oferta comercial; f) A intervenção na Rua 25 de Abril e na Rua Silva Lopes decorreu dentro dos prazos estabelecidos, apesar da potencial complexidade da área em termos arqueológicos e atingiu plenamente os seus principais objectivos: 1. Tornar a zona mais atractiva, quer em termos da vivência urbana, quer no respeitante ao enquadramento da oferta comercial; 2. Melhorar a qualidade do pavimento dos arruamentos e proceder à renovação das infra-estruturas de saneamento doméstico e pluvial, rede de abastecimento de água e ramais individuais com reflexo directo e imediato na qualidade de vida da população, acautelando igualmente o respeito pelo meio ambiente. 3. Suprimir desníveis e barreiras arquitectónicas e reorganizar a ocupação da via pública; 4. Melhorar a sua funcionalidade e relação com os moradores, visitantes e comerciantes, disciplinando o tráfego, o estacionamento e as cargas e descargas; A Assembleia Municipal, reunida em Sessão Ordinária a 30 de Junho de 2008, delibera atribuir um Voto de Congratulação à Câmara Municipal de Lagos pela Requalificação Urbana da Rua 25 de Abril e Rua Silva Lopes.”-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre o referido Voto de Congratulação, foi o mesmo colocado à votação tendo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	13	0	0	0	13
ABSTENÇÕES	0	6	2	1	9
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----Assim foi aprovado, por maioria, o Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo do PS.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Mariano (IND): “Abstive-me porque, em primeiro lugar, acho que há ruas, na nossa cidade, dentro do Centro Histórico e não só, com muito mais necessidade de terem intervenções. Abstive-me também porque aquela obra esteve longe de correr da melhor maneira pois não foram cumpridos os prazos como aqui dizem, até começaram depois, não sei que mais e tal. Prejudicou uma série de pessoas, não sei se beneficiou muitas. Também me abstive porque a obra não está ainda concluída, ainda faltam uns bocados lá em baixo e mesmo aquela parte, que se diz que está construída, que está já capaz, estão as esplanadas em cima daquela calçada que não foi lavada, com uma poeira terrível. De maneira que congratular-me por uma obra destas... não votei contra por uma questão de não ser indelicado, mas a abstenção acho que está certa.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentado pelo Grupo da CDU: “Conforme é afirmado na petição promovida



Fl. 39v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

pela: AVERE – Associação Europeia do Veículo Eléctrico a Baterias, Híbrido e a Pilha de Combustível; CITELEC – Associação de Cidades Europeias Interessadas em Veículos Eléctricos, e a EPE – Associação Europeia de Electrónica de Potência e Accionamentos, que será apresentada ao Parlamento Europeu, à Comissão Europeia e ao Conselho de Ministros da União Europeia: «Os recursos petrolíferos limitados e as suas consequências económicas e políticas impõem a necessidade de se reduzir a dependência da importação de petróleo e, conseqüentemente, ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia. Para além destes aspectos económicos e políticos, existem motivos ambientais sérios para alterar os nossos sistemas de transporte: o aquecimento global, a camada de ozono, as chuvas ácidas, entre outras. No contexto actual de fornecimento de energia e das alterações climáticas é essencial que as autoridades europeias competentes promovam tecnologias que procurem reduzir a dependência energética da Europa, assim como, o impacto da actividade humana no meio ambiente. Os veículos eléctricos (a baterias, híbridos e a pilha de combustível) são claramente uma dessas tecnologias». Actualmente e em relação ao ambiente e à qualidade de vida das populações urbanas existe uma consciência clara que um dos principais problemas a resolver, está directamente ligado com o sector dos transportes rodoviários. Enquadrado na necessidade de soluções que contrariem a situação criada, a utilização de veículos eléctricos rodoviários (a baterias, híbridos e a pilha de combustível), surgem como alternativa viável para determinadas aplicações de mobilidade e transporte. Exemplo disso são as entidades que recentemente optaram pela introdução de veículos eléctricos nas suas frotas, nomeadamente, os municípios de Albufeira, Coimbra, São João da Madeira, Tavira, Lisboa e Almada, a Junta de Freguesia da Ericeira, a CP, a Tratalixo e o Hotel Palácio em Sintra. Face ao exposto a Assembleia Municipal de Lagos propõe: 1. Subscrever a petição promovida pelas AVERE, CITELEC e EPE. 2. Disponibilizar informação sobre esta petição no sítio da Assembleia Municipal. 3. Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que na aquisição ou substituição da sua frota rodoviária opte pela introdução de veículos eléctricos. Que seja dado conhecimento à Câmara Municipal de Lagos e aos Órgãos de Comunicação Social.”-

-----O Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) disse que o ponto 3 da Moção não se enquadra muito bem porque a Câmara já adquiriu uma viatura eléctrica para trabalhar dentro do Centro Histórico.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) congratulou a Câmara pela aquisição da viatura referida pelo Sr. Pedro Cruz. Perguntou à CDU se tinha conhecimento dos custos ambientais da produção dos veículos eléctricos.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	21.28

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o que estava em causa não era uma viatura, mas atendendo à dimensão da frota, a Câmara deveria ter um papel



incentivador, procedendo à substituição da mesma, ao longo do tempo, havendo algumas soluções já encontradas tanto por Câmaras Municipais, como por empresas.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.32
IND	Eduardo Morales Almeida Santana	21.33

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que a explicação da Bancada da CDU veio clarificar melhor a intenção da Moção, sendo que a Bancada do PS nada tem contra o documento.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro	21.34

-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo da CDU tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	6	2	1	24
ABSTENÇÕES	1	0	0	1	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----Assim a Moção apresentada pelo Grupo da CDU foi aprovada por maioria.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Os tradicionais bolos D. Rodrigo, com origem em Lagos, são considerados doces conventuais e a sua origem, diz-se, remonta ao ano de 1755. Ano em que se registou o grande Terramoto que destruiu toda a zona baixa da cidade de Lagos. O Governador da Praça era um fidalgo de nome Rodrigo que desempenhou uma acção muito importante no auxílio aos sinistrados, particularmente às Freiras Carmelitas de Clausura existentes no Convento de Nossa Senhora do Carmo (Igreja das Freiras). Pensa-se que agradecidas pelo auxílio, as freiras dedicaram os bolos de ovos ao Governador, chamando-lhes bolos de D. Rodrigo. Ao longo dos tempos o D. Rodrigo tem-se afirmado como o tradicional doce de Lagos. Mas quando um produto adquire uma reputação que ultrapassa fronteiras é necessário defender a sua origem, conservar o processo de fabrico tradicional e promover a certificação de especialidade tradicional garantida. Assim, a Assembleia Municipal de Lagos propõe recomendar à Câmara Municipal de Lagos que em colaboração com as artesãs e as empresas locais de doçaria tradicional, dinamize o processo para a certificação de origem do doce D. Rodrigo de Lagos.”-----



Fl. 40v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que o PS estava de acordo com o documento só que devia ser incluído no mesmo o que já está a ser feito, isto é, já existe um protocolo entre a Câmara Municipal e a Globalgarve, que inclui a intenção de certificação do D. Rodrigo, entre outros, por isso sugeriu que fosse incluído no final da Moção o seguinte: “que já se encontra em curso numa parceria entre a Câmara Municipal de Lagos e a Globalgarve”.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não tinha conhecimento desta situação e que não compete à Câmara Municipal ou à Globalgarve certificar produtos, mas sim aos produtores. Aceitou o sugerido pelo PS.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou se podia ser dada a informação de que outros produtos, a certificar, fazem parte desse protocolo entre a Câmara e a Globalgarve.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo da CDU tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que as duas propostas da responsabilidade da Entidade Reguladora dos Serviços Eléctricos (ERSE), colocadas em discussão pública até ao final do mês de Julho e que merecem o mais vivo repúdio, não podem deixar de ser avaliadas no quadro da acentuação das desigualdades e injustiças sociais, do crescimento da pobreza e da miséria, mas também da privatização da empresa e do aproveitamento que as grandes empresas que fornecem serviços essenciais ao País e às populações vêm fazendo com a subida especulativa dos preços de matérias-primas, como é o caso do petróleo. Considerando a possibilidade de ser o conjunto dos clientes da empresa a partilharem os custos com as facturas incobráveis, a ERSE esquece propositadamente o facto de que a empresa tem os mecanismos necessários para obrigar ao pagamento da energia consumida, mas também que os riscos do negócio são da responsabilidade da empresa e não dos clientes. Empresa que nos últimos anos tem vindo a acumular lucros fabulosos. Em 2007 o lucro líquido da EDP foi de 907,3 milhões de euros. Considerando que ao propor a revisão trimestral dos preços da electricidade, em função do custo das matérias-primas, a ERSE dá um sinal claro à empresa de que esta pode, como tem vindo a acontecer com a GALP, aumentar os lucros numa base especulativa e de penalização dos consumidores, bastando para tal aumentar a capacidade de armazenamento das matérias-primas. De salientar ainda o facto de que uma parte substancial da energia consumida é importada de Espanha e França, com origem nas centrais nucleares. Ao contrário do que é afirmado pelo representante da DECO no Conselho Tarifário da Electricidade, o problema da poupança de energia, num país onde o consumo per capita é indicador do estado de atraso relativo à maior parte dos países europeus, não passa por penalizar os pequenos consumidores, mas pela existência de um Plano Nacional de Energia. Face aos considerandos expostos a Assembleia Municipal de Lagos propõe exigir que o Governo intervenha neste processo impedindo que mais uma vez sejam os mesmos a pagar os custos da crise. Que desta proposta seja dado conhecimento: ao Governo, Assembleia da República, Entidade



Reguladora dos Serviços Eléctricos e Órgãos de Comunicação Social.”-----
-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que não podia concordar mais com o conteúdo do documento, no entanto perguntou à CDU quem é que são “os mesmos”.

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) esclareceu que “os mesmos” são aqueles que pagam sempre. Disse que a intenção da proposta apresentada pela ERSE é de passar a responsabilidade daqueles que não pagam para aqueles que pagam sempre.

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que o PS não podia estar mais de acordo com o documento apresentado pela CDU, mas tem sido demonstrado, por várias entidades, Assembleia da República e Governo, que as propostas apresentadas pela ERSE e pela EDP não irão ser aprovadas, por isso não concordava com a parte do documento onde diz “... exigir que o Governo intervenha neste processo...”, sugerindo que fosse alterado o texto nesta parte para “... recomende que o Governo reforce a sua intervenção ...” para que o PS vote a favor do documento apresentado pela CDU.

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que num País onde o Estado e as empresas do Estado criam *lobby* no sentido de explorar, ao máximo, o potencial do consumo, num País em que o maior Banco privado é do Estado, num País em que o Estado, particularmente o Governo, tem uma influência directa em todas estas questões que estão em cima da mesa, acha que a Moção da CDU é bastante consensual e deve-se mesmo exigir ao Governo que intervenha neste processo.

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse que o documento apresentado é adequado e não podemos confiar nas palavras do Governo.

-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo da CDU tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	6	2	2	10
ABSTENÇÕES	16	0	0	0	16
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----Assim a Moção apresentada pelo Grupo da CDU foi aprovada por maioria.

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A forte dependência energética do País, num contexto de energia cada vez mais cara, é um dos problemas mais graves que Portugal enfrenta actualmente, constituindo também uma das causas da crise geral que abala a economia e a sociedade portuguesa. Em Portugal, em 2006, o transporte rodoviário correspondeu a 94,9% do transporte total interno, enquanto na UE era de 77%. É o modo de transportes mais caro e poluente, que agrava a ineficiência e a dependência energética que tem em Portugal a quase exclusividade do transporte, pois cabe aos outros modos de transporte (ferroviário, fluvial e marítimo) apenas 4,1 % do transporte total. Numa altura de energia cada vez mais cara, é necessário aumentar significativamente o investimento público no transporte ferroviário convencional, fluvial e marítimo de mercadorias e no transporte colectivo de passageiros. O Grupo Técnico para o Estudo da Mobilidade do



Fl. 41v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Algarve apresentou recentemente à junta Metropolitana do Algarve as conclusões do Estudo do Sistema de Mobilidade do Algarve. Este Estudo mereceu da referida Junta entre outras, as seguintes preocupações: O estudo apresentado encontra-se excessivamente focalizado no eixo Faro-Olhão, pois os principais aglomerados com vocação turística e aqueles com crescente expressão populacional, sobretudo junto ao litoral, encontram-se marginalizados pela actual linha-férrea. Não sendo contemplada no Estudo, nem a expansão da rede ferroviária, nem o Sistema de Mobilidade no seu todo, aqueles não são tomados em devida consideração. Considerando a necessidade urgente da modernização da linha-férrea do Algarve, ao serviço da Região e face às preocupações manifestadas a Assembleia Municipal de Lagos, propõe manifestar ao Governo a sua preocupação pelas conclusões do Grupo Técnico para o Estudo da Mobilidade do Algarve, vindas a público, e exigir a modernização da linha-férrea do Algarve ao serviço das populações, da Região e do Ambiente.”-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre a referida Moção, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “O Grupo do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de Lagos, considerando o facto de que hoje a Internet é um meio de comunicação e de acesso á informação por excelência, e de que Lagos como referencia turística da região deve estar na frente da promoção e oferta de serviços e produtos aqueles que nos procuram como destino e daqueles que cá vivem, exortam a Câmara Municipal a tornar Lagos a Primeira Cidade do Algarve com cobertura total de Internet gratuita na zona intra muralhas, tornando a “Cidade Velha” um HOT SPOT onde todos aqueles que nos visitam ou cá vivem acedam sempre que necessitarem a Internet. Exorta-se igualmente a que a presente realidade se aprovada seja publicitada a nível da Região de Turismo do Algarve e em todos os folhetos publicitários do concelho de Lagos, promovendo mais esta oferta do concelho de Lagos a todos os que nos visitam.”-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que a presente Moção peca por tardia uma vez que este projecto já está a ser desenvolvido pelo Executivo, sendo que o Hot Spot está a ser instalado noutras zonas para além do Centro Histórico, por isso não achava necessário votar este documento. Informou que o Grupo do PS iria votar contra a Moção, não pelo seu conteúdo, mas sim porque este trabalho já esta a ser desenvolvido.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que mais uma vez ficou demonstrado que a informação que todos deviam ter só chega a alguns. Referiu que este serviço apenas está disponível dentro do Centro Cultural e perto deste. Informou que o PSD não iria retirar o documento.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que não tinha a noção de que Lagos já usufruía do serviço de Hot Spot, nem que tinha um plano para alargar esse serviço. Acrescentou que a Bancada do PS votar contra só porque o documento foi apresentado pelo PSD não traz nada à discussão.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que o PS não vai votar contra pelo facto do



documento ter sido apresentado pelo PSD, vota contra porque o que é mencionado na Moção já está em execução.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que gostava de saber qual a natureza do projecto, onde vão ser implementados os Hot Spot's, qual o prazo de conclusão, qual é o prazo para se iniciarem as obras, uma vez que o Executivo Camarário do PSD também desconhece esta obra que o PS diz já estar adjudicada.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que nada mais tinha a afirmar.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo do PSD tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	6	2	2	10
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	16	0	0	0	16

-----Assim a Moção apresentada pelo Grupo do PSD foi reprovada por maioria.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Hugo Pereira (PS: “ O PS votou contra pelas razões apresentadas durante a discussão.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “A Assembleia Municipal de Lagos, considerando o interesse crescente da Genealogia, bem como, a importância do conhecimento das raízes históricas da nossa comunidade, vem por este meio recomendar a criação do Arquivo Genealógico Municipal. Para tal, recomenda-se que a Câmara Municipal de Lagos promova as necessárias diligências, designadamente, junto do investigador Nuno Inácio, personalidade que tem vindo a promover este tipo de acções na região Algarvia, de modo a que, através do profundo trabalho de investigação e de levantamento dos registos paroquiais e outros elementos históricos, se proceda ao levantamento de todas as pessoas que nasceram, casaram e morreram no concelho de Lagos entre 1591 e 1908, sistematizando as suas relações de parentesco, facto que permitirá a qualquer cidadão saber o nome de um seu ascendente que tenha nascido nesse período e conhecer toda a sua Árvore Genealógica, incluindo relações familiares com outras famílias. O objectivo da presente Moção é a preservação e valorização das origens de todos os lacobrigenses e da identidade da comunidade.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que quando o documento se refere ao “levantamento de todas as pessoas” deve querer referir-se ao levantamento dos registos. Referiu que não tinha tido tempo de aferir sobre o nome mencionado, sobre o trabalho que está a desenvolver, por isso perguntou se já havia alguns exemplos de trabalhos desenvolvidos nesta área. Disse que estes elementos, até 1907, se encontram no Registo Distrital, por isso perguntou se esta pesquisa será feita no Registo Distrital e na Torre do Tombo, sendo os resultados divulgados, ou se é para transferir os dados para serem consultados em Lagos, se é que esta situação será possível.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o levantamento é feito a partir dos registos paroquiais. Referiu que tinha conhecimento de que existia um projecto do



Fl. 42v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

género que estava numa fase inicial, no Algarve e que os dados estavam a ser pesquisados na Torre do Tombo e a serem tratados informaticamente. Informou que de 1908 para cá os dados estão disponíveis no Registo Distrital ou na Conservatória em Lagos, sendo o acesso a esses dados muito mais caros do que a consulta dos microfimes da Torre do Tombo.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que um estudo deste tipo é interessante. Afirmou que vendo esta Moção e as seguintes, lhe cheirava a eleições, a populismo, a utilização dos meios de informação para obter atenções. Esclareceu que se por um lado tem estado disponível para apreciar propostas que, no seu entender, são válidas, por outro lado há outro tipo de documentos que são de importância relativa, não merecendo da sua parte o mesmo tipo de atenção que terão documentos com mais valia para o Concelho.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a oportunidade dos documentos apresentados pelo PSD é definida por este Grupo Municipal e não estão em causa populismos eleitorais; se assim fosse teriam utilizado outros meios disponibilizados pela Assembleia Municipal, como o seu Boletim, para falar de assuntos como o IMI, preços de água, etc..-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) agradeceu os esclarecimentos dados pelo Sr. Nuno Serafim.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo do PSD tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Considerando a dinâmica competitiva da região em que estamos inseridos, e atendendo ao património histórico e arqueológico do concelho de Lagos; A Assembleia Municipal de Lagos recomenda à Câmara Municipal que promova as diligências necessárias à criação de um “Sistema de Incentivos à Criação de Pequenas Industrias Artesanais”, tendo como base a promoção e criação de réplicas de peças de relevante interesse cultural e arqueológico encontradas no nosso concelho, com vista à sua comercialização. A presente proposta tem como objectivo, a criação de mais postos de trabalho e a reanimação de um segmento laboral, sendo que, para tanto, deverá ser desenvolvida uma marca local que identifique os produtos, sendo ela mesma um veículo de promoção do concelho (i.e. “Artesãos de Lagos”). Com a presente iniciativa, para além de procurar reanimar um sector económico deprimido, promove-se a imagem do concelho e valoriza-se o nosso património histórico-cultural. A Câmara Municipal, para além do papel fundamental que deverá ter na criação de um Sistema de Incentivos, terá um papel determinante na sustentação económica do projecto, procurando desempenhar um papel activo na promoção dos produtos no mercado local (i.e. no comércio local), bem como, colocando-os à venda em pontos culturais e patrimoniais, como sejam, o Museu Municipal, o Forte Ponta da Bandeira ou o Centro Cultural. Mais se recomenda que a Câmara Municipal promova a criação de um grupo de trabalho constituído por técnicos municipais que realizem o projecto económico-financeiro do Sistema de Incentivos e seleccionem as peças arqueológicas de interesse com vista à sua reprodução e



comercialização, bem como que o objecto do trabalho seja acompanhado e partilhado com representantes do comércio local.”-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) perguntou a que título jurídico é que a Câmara Municipal ia atribuir subsídios a privados, porque na sua opinião só através de uma Empresa Municipal e não sabe se as que estão criadas têm âmbito e objecto para tal. Perguntou se o PSD propunha a criação de uma nova Empresa Municipal.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o proposto é que seja criado um grupo de trabalho, constituído por técnicos municipais que realize o projecto económico-financeiro. Referiu que em Loulé existe um sistema idêntico ao proposto e não é a Empresa Municipal que promove este sistema.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que considera esta proposta válida, acrescentando que não será difícil arranjar uma forma legal de promover um incentivo. Informou que iria votar favoravelmente o documento.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que é uma ideia que pode ser trabalhada no futuro e que encaixa na proposta de criação de um ninho de empresas já apresentada a esta Assembleia pela CDU.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que há uma constatação por parte da Bancada do PSD de que os tempos futuros irão ser difíceis, por isso há que haver contributos para que se diferencie o Concelho de Lagos da concorrência. Referiu que os documentos apresentados pelo PSD não são eleitoralistas.-----

-----O Sr. Carlos Ribeiro (PS) perguntou se o PSD tinha feito alguma pesquisa e quais as áreas em que se desenvolve o artesanato no Concelho de Lagos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) afirmou que em termos de artesanato, o espólio arqueológico lacobrigense é diverso e cobre uma série de áreas. Disse que quando se cria um projecto desta natureza e onde a Câmara Municipal tem como foco principal a criação de um produto para promover a imagem do Concelho, quando o PSD fala nesta promoção, fala igualmente de apoio à formação, coisa que a Câmara Municipal tem feito e muito bem, noutras áreas. Disse que o grupo de trabalho a ser criado é que tem que desenvolver as melhores soluções para desenvolver a proposta.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo do PSD tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	6	2	2	10
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	16	0	0	0	16

-----Assim a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo do PSD foi reprovada por maioria.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Considerando os graves incómodos e fortes prejuízos que as obras de saneamento e repavimentação, em curso nas ruas 25 de Abril e Silva Lopes, no âmbito do programa URBCOM, estão a causar a todos; Entendendo-se que há fortes motivos de interesse público



Fl. 43v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

para que o Município adopte medidas compensatórias proporcionais aos prejuízos causados; Atendendo também a que estava previsto que a obra estivesse concluída no final do ano de 2007, mas que apenas começou em Janeiro de 2008, razão pela qual ainda decorre, em plena época alta, com todos os incómodos e prejuízos que daí advêm para todos (ver documento anexo); A Assembleia Municipal de Lagos recomenda à Câmara Municipal que sejam adoptadas medidas com vista ao ressarcimento dos residentes e comerciantes, designadamente, reduções das tarifas de água e saneamento e taxas de ocupação da via pública por um período de tempo determinado, proporcionalmente ao razoável ressarcimento dos cidadãos e empresas afectados.”-----

-----Documento anexo: “ “Requerimento. Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos. Tendo em consideração o teor do designado PROJECTO URBANISTICO, referente ao "arranjo do eixo constituído pelas ruas 25 de Abril e Silva Lopes", no âmbito do programa URBCOM, do qual foi dado conhecimento à Câmara na sua reunião de 6 de Junho; Ao abrigo da faculdade que me é conferida pelo disposto no artº 8º, nº 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lagos, venho por este meio apresentar e solicitar formalmente a V. Exa. a seguinte informação: 1. Em que data se prevê o início da obra? 2. A obra inclui, ou não, a renovação das infra-estruturas de abastecimento de água, drenagem de esgotos domésticos e pluviais, bem como a colocação de "negativos" para infra-estruturas eléctricas e de telecomunicações? 3. É previsto no projecto que as ruas objecto da intervenção vão ser fechadas ao trânsito rodoviário ou sujeitas a qualquer outro regime de condicionamento do acesso diferente do regime actual? Lagos, 20 de Junho de 2007. O vereador da Câmara Municipal de Lagos eleito pelo PSD. Nuno Marques.”; “Relativamente às três questões colocadas no requerimento do Partido Social Democrata, temos a informar: Não pode esta Direcção de Projecto Municipal precisar a data do início da obra em causa, tendo em conta que o processo se encontra na Divisão de Empreitadas Municipais em fase de lançamento do respectivo concurso. No entanto informamos que os trabalhos devem estar concluídos até 31 de Dezembro de 2007. A obra inclui a renovação das infra-estruturas de abastecimento de água, drenagem de esgotos domésticos e pluviais e colocação de "negativos" para infra-estruturas eléctricas e de telecomunicações. Não está prevista no projecto qualquer alteração ao actual regime de circulação. O Director, Arqº Frederico Mendes Paula.” ”-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que se por um lado achava estranho o facto de se pedir compensações para os empresários das ruas referidas no documento do PSD, por outro ficou estupefacto com tudo aquilo que tinha ouvido ler.-----

-----O Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) informou que há poucos dias a Câmara tinha reunido com os comerciantes da zona em causa, tendo sido explicado tudo o que se está a passar, incluindo o facto dos comerciantes estarem isentos do pagamento da taxa de ocupação da via pública até ao final do presente ano de 2008. Acrescentou que os comerciantes ficaram satisfeitos com o que foi dito na reunião, não tendo havido mais exigências. Referiu



que o documento anexo a esta Moção chega tarde ao conhecimento dos Deputados Municipais.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que concordava com as palavras do Sr. Pedro Cruz, mas é no sentido das palavras deste orador que aparece a Moção do PSD. Referiu que o PSD não fala em verbas, mas em medidas compensatórias, sendo que a Câmara Municipal já promoveu a primeira medida compensatória, mas existe espaço de manobra, nomeadamente no âmbito dos residentes e dos comerciantes que na reunião mencionada não colocaram todas as suas preocupações.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) recordou que na passada Sessão Ordinária da Assembleia Municipal documentos do PS não foram aceites para discussão por terem dado entrada já durante o decorrer dos trabalhos do Órgão, abrindo-se hoje um precedente, uma vez que o anexo do documento do PSD só agora foi lido, continuando os Deputados sem ter o total conhecimento do conteúdo do mesmo. Recorda que a exemplo de todas as obras do género, feitas no Concelho, não foi tida em conta qualquer forma de compensação, tendo, desta vez, sido aberta, já, uma excepção. Disse que a intervenção que foi feita no local já foi, por si própria, uma mega ajuda e não se pode beneficiar uns em prejuízo de outros. Afirmou que nas artérias que há anos não sofrem intervenções é que as pessoas têm que ser ajudadas.-----

-----O Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) disse que a mais valia para os comerciantes vai ser daqui para o futuro, com aquilo que os mesmos vão beneficiar com esta intervenção.-----

-----O Sr. José Mariano (IND) disse que não tinha muita pena dos comerciantes da Rua 25 de Abril. Referiu que, como não se congratulava com a obra feita na zona, também não concordava com o facto da Câmara indemnizar, de alguma maneira, os comerciantes, uma vez que os comerciantes das ruas 25 de Abril e Silva Lopes, situam-se na melhor zona comercial de Lagos. Disse que tem comércio numa rua periférica à zona e tem sido prejudicado em relação aos comerciantes das ruas mencionadas. Referiu que o facto da Câmara isentar os comerciantes do pagamento da taxa de ocupação da via pública, até ao fim de 2008, já é uma boa ajuda. Disse que há muitas ruas no Concelho que têm sofrido intervenções e os comerciantes nunca foram compensados.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse que se há estabelecimentos da indústria hoteleira nas ruas em causa que se sentiam prejudicados, outros comerciantes das mesmas ruas, de outras áreas de comércio, também se sentiram prejudicados, por isso esses deviam ter reduções nas tarifas.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que compreendia a percepção, talvez errada da Moção do PSD, por parte do Grupo do PS e do Sr. Mariano. Referiu que a Câmara Municipal existe para servir os cidadãos e os lacobrigenses, na medida das suas funções e o que está em causa são medidas e não pagamentos directos por danos causados, uma vez que as obras não vão beneficiar todas as áreas do comércio. Lembrou que a intervenção levou mais tempo do que devia e o que está a ser solicitado são medidas compensatórias não só para os comerciantes mas também para os residentes. Disse que se o PS está contra as pessoas, o PSD tira daí as suas



Fl. 44v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

mãos, sendo essa a política que o PS adopta, estando o PSD já habitado a tal, estando o PS livre para votar contra as pessoas, como é hábito nesta Assembleia.----

-----O Sr. João Henrique (PS) disse que o Partido Socialista não está contra as pessoas, pelo contrário, mas não pode estar só a favor das pessoas da Rua 25 de Abril, aderindo ao facto do PSD estar a apresentar esta Moção só para a Rua 25 de Abril. Questionou-se o que iriam dizer todos os comerciantes das ruas do Concelho que sofreram intervenções e não tiveram compensação por parte da Câmara Municipal. Referiu que se a Câmara vai isentar o pagamento da taxa de ocupação da via pública, significa que o PS não está contra as pessoas.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) sugeriu que o documento onde diz "... reduções das tarifas de água e saneamento e taxas de ocupação da via pública ...", passasse a dizer "... reduções das tarifas de água e saneamento ou taxas de ocupação da via pública ...".-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse aceitar a sugestão.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que este tipo de isenção de taxas não era virgem, já se tinha verificado noutras situações.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo do PSD tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	6	2	0	8
ABSTENÇÕES	0	0	0	2	2
VOTOS CONTRA	16	0	0	0	16

-----Assim a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo do PSD foi, por maioria, reprovada.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Hugo Pereira (PS): " O PS votou contra pelas razões que transmitiu durante a discussão e não pelas razões que levariam o PSD a votar contra se tivesse sido o PS a apresentar a proposta."-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: "Considerando que: – O "Triângulo Vicentino" (Lagos, Aljezur e Vila do Bispo) é reconhecido como uma zona de produção de aguardente de medronho, produto que prima pela sua elevada qualidade e que faz parte da identidade rural deste território; – A produção da aguardente de medronho é uma actividade tradicional que importa apoiar, dinamizar, qualificar e divulgar, de modo a preservar uma tradição secular, bem como, a viabilizar economicamente a sua produção; A Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal de Lagos que diligencie junto dos restantes parceiros autárquicos, através da associação "Terras do Infante", os necessários procedimentos com vista à certificação da Aguardente de Medronho Vicentino, bem como, efectue os necessários estudos para a elaboração de um "Guião Intermunicipal" para a modernização e promoção da actividade. Mais se recomenda o incentivo à substituição de antigas destilarias por instalações modernas com o apoio directo do município, nomeadamente, definindo um Projecto-Tipo de arquitectura e especialidades e isentando de taxas o processo de licenciamento



municipal. Com a presente acção, contribuir-se-á para dinamizar as zonas rurais, potenciando-se o desenvolvimento de uma actividade que trará benefícios directos substanciais a quem está nela envolvido, e legalizar toda a actividade, criando um produto com a imagem da região e incentivando à sua comercialização. Dada a natureza e complexidade do processo objecto da presente Moção, será desejável a constituição de um grupo de trabalho, formado, designadamente, por: – Elementos técnicos da Câmara Municipal; – Um membro da Comissão de Economia e Turismo da Assembleia Municipal; – Um representante da associação “Terras do Infante”; – Um representante da Universidade do Algarve; – Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse compreender a proposta apresentada, mas é do conhecimento geral que o medronho no Algarve, onde tem mais expressão é nas Serras de Monchique e do Caldeirão, sendo a produção dos Concelhos das Terras do Infante, uma produção residual, sendo que legislação recente vem restringir, cada vez mais, o número de destilarias. Referiu que era importante ter uma ideia mais alargada sobre o assunto, por isso sugeriu que este documento baixasse à Comissão Permanente para melhor aprofundamento do assunto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o Sr. José Manuel Freire se tinha esquecido da Serra do Espinhaço do Cão. Referiu que as produções que existem são artesanais e o que se pretende com a criação do grupo de trabalho é que este promova as necessárias medidas para promover a actividade. Em relação à sugestão de baixar o documento à Comissão Permanente, disse que o mesmo não se justificava, uma vez que o PSD estava a promover a criação de um grupo de trabalho.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que concordava com o facto do documento baixar a uma Comissão da Assembleia Municipal, no sentido de, antes de tudo, se avaliar a importância desta actividade nos Concelhos das Terras do Infante, sendo a Comissão Especializada Permanente de Economia e Turismo a indicada, na sua opinião, para fazer esse trabalho. Esclareceu que no grupo de trabalho proposto falta um representante da Direcção Regional de Agricultura. Informou que se o documento não baixar a uma Comissão o PS vota contra o mesmo. Disse ainda que quem tem votado contra as pessoas, nos últimos anos, tem sido o PSD.-----

-----O Sr. José Mariano (IND) disse ter conhecimento de que qualquer dos três Concelhos do triângulo Vicentino são potenciais produtores de medronho, por isso concorda com esta iniciativa apresentada pelo PSD, de forma a não se perder esta produção assim como têm sido perdidas outras como, por exemplo, o vinho moscatel da Adega de Lagos. Disse que as condições climáticas e de terrenos neste triangulo são boas para os medronheiros, por isso é da opinião de que, se esta situação tiver um bom desenvolvimento, está convencido de que os jovens podem plantar novos medronheiros na região.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o que está em causa é a certificação do medronho das Terras do Infante e para fazer tal certificação este tem que ter algumas características, tem que ter alguma diferença dos outros. Referiu que



Fl. 45v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

concordava com a criação do grupo de trabalho, só que antes da criação deste é preciso preparar trabalho para o mesmo, por isso reforçou a sugestão do documento baixar a uma Comissão da Assembleia.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o grupo de trabalho que o PSD propõe não deve ser no âmbito de qualquer Comissão da Assembleia Municipal; deve ser, este grupo de trabalho, constituído por técnicos que consigam ver o que o Sr. José Manuel Freire referiu em relação a uma certificação. Referiu que a única Comissão que poderá pegar neste assunto é a de Economia e Turismo, sendo que aceita que o documento baixe a esta Comissão.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que o documento, para além de baixar à Comissão de Economia e Turismo, devia ser remetido a Aljezur e Vila do Bispo.-----

-----Assim esta Moção apresentada pelo Grupo do PSD, foi retirada, tendo a mesma baixado à Comissão Especializada Permanente de Economia e Turismo da Assembleia Municipal de Lagos.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Considerando que a praia da Batata, em Lagos, faz parte do conjunto de praias marítimas portuguesas sem vigilância; Considerando que a época balnear já começou e a praia da Batata continua a ser muito frequentada por cidadãos residentes e turistas; A Assembleia Municipal de Lagos recomenda à Câmara Municipal que pondere tomar as medidas adequadas por forma a colmatar as actuais insuficiências de meios técnicos e humanos de vigilância da praia e restabeleça as condições de segurança dos banhistas durante as épocas balneares e pelo período de tempo em que tal não é possível garantir por parte de um concessionário.”-----

-----O Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) disse ter conhecimento do facto da Câmara ter convidado nadadores salvadores para prestarem serviço na praia da Batata, não havendo número suficiente de nadadores salvadores para todas as praias do Concelho; acrescentou que está a decorrer um concurso para colocar na praia da Batata um nadador salvador, por isso esta Moção não vinha a horas.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo do PSD tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	6	2	1	9
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	16	0	0	0	16

-----Assim a Moção apresentada pelo Grupo do PSD foi, por maioria, reprovada.---

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “A Assembleia Municipal de Lagos, considerando os trabalhos de levantamento de vestígios arqueológicos na zona costeira do concelho, recomenda à Câmara Municipal de Lagos a criação de um “Roteiro de Arqueologia Subaquática”, do qual constarão os pontos de maior interesse histórico-arqueológico subaquático, aproveitando



igualmente para promover a criação de um roteiro subaquático de Fauna e Biologia Marítima. Mais se recomenda que, após a concretização do referido Roteiro, a Câmara Municipal divulgue convenientemente a sua existência e remeta-o à Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas e suas congéneres europeias, bem como, à Federação Internacional de Mergulho.”-----

-----O Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) disse que o entendimento que tinha sobre um roteiro era de um espaço aberto a visitas e por isso temos que salvaguardar a actividade turístico-marítima, uma vez que a nossa Costa D’Oiro tem muitos barcos a trabalhar que representam muitas famílias lacobrigenses. Referiu que o roteiro de arqueologia subaquática iria entrar em conflito com esta actividade turístico-marítima.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o intuito seria a Câmara colocar, no papel, tais pontos de interesse para quem nos visita poder ter a possibilidade de fazer mergulho e ir visitar tais ponto de interesse.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que grande parte do que está a ser pedido já está desenvolvido e isso ficou demonstrado pelo trabalho apresentado pelo Arqueólogo Tiago Fraga. Referiu que a maioria dos documentos apresentados pelo PSD deviam ser Votos de Congratulação, uma vez que vão ao encontro daquilo que o PS está a fazer. Pegando nas palavras do Sr. Eduardo Santana, disse que em ano de eleições temos que fazer aquilo que não se quer.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que conhece o trabalho apresentado pelo Arqueólogo, mas o que este apresentou não foi um roteiro de arqueologia subaquática. Referiu que o PROTAL tem roteiros de arqueologia subaquática e por isso desafia os Deputados do PS a lerem tal documento para perceberem o que é um roteiros de arqueologia subaquática. Disse ainda que muitas das ideias hoje apresentadas pelo PSD e reprovadas pelo PS, possivelmente irão aparecer no próximo programa eleitoral do PS, mas o PSD não se importará com tal situação.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a CDU nada tem contra que esta proposta do PSD seja estudada e desenvolvida pela Câmara Municipal. Referiu que esta ideia não é nova, algum trabalho parecido com o proposto já foi feito em tempos e não colidiu com o turismo marítimo ou com a pesca. Afirmou que um roteiro deste género é uma mais valia para o Município de Lagos e para quem o visita. Informo que a CDU iria votar a favor do documento.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo do PSD tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	6	2	2	10
ABSTENÇÕES	2	0	0	1	2
VOTOS CONTRA	14	0	0	0	14

-----Assim a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo do PSD foi, por maioria, reprovada.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “O Grupo do Partido Social



Fl. 46v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Democrata da Assembleia Municipal de Lagos, considerando que nos dias de hoje existe um fosso enorme entre os eleitos locais e os eleitores, e de modo a envolver a população na acção política local, exorta-se a Câmara Municipal de Lagos a promover os necessários esforços técnicos para que as sessões da Câmara Municipal passem a ser transmitidas em directo via Internet em suporte áudio. Propõe-se igualmente que se a presente acção for tecnicamente bem sucedida e tiver a aceitação por parte do público que sejam oferecidos aos restantes órgãos do município (Assembleia e Juntas) a possibilidade de poderem utilizar os meios técnicos entretanto desenvolvidos.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que esta é uma proposta que não é nova, já há experiências noutras autarquias.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que esta ideia é engraçada, mas não lhe parecia que estas transmissões pudessem ter um grande impacto. Afirmou ainda que para esta ideia avançar todos os Deputados teriam de evoluir um pouco. Informou que ia votar favoravelmente o documento. Acrescentou ainda que o propósito desta Moção está para além do que está escrito; talvez quem faz a proposta queira mostrar algo que, eventualmente, não consegue mostrar de outra maneira.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que realmente isto não é nenhuma novidade e nada tinha a opor a esta Moção uma vez que se tratava de mais um meio do cidadão tomar conhecimento do que se passa nos Órgãos da autarquia. Sugeriu que o texto quando se refere à Assembleia passasse para o plural, de modo a contemplar igualmente as Assembleias de Freguesia.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que ninguém estava na Assembleia Municipal para atestar a sua irresponsabilidade em relação ao Órgão que representa. Referiu que este tipo de acções têm uma finalidade que é de tentar levar uma mensagem às pessoas, de informar as pessoas e das pessoas terem meios de aceder à informação, achando que este tipo de iniciativa tende a aproximar as pessoas da política.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que não custa pedir a participação da população, daí não ter nada contra a essência da proposta, mas numa primeira fase há que tentar trazer as pessoas a assistir às reuniões dos Órgãos autárquicos ao vivo. Referiu que havia uma situação que não concorda e que tem a ver com o facto da Assembleia ir exortar a Câmara Municipal a fazer tais transmissões, quando a Assembleia Municipal não o faz, sendo esta situação a indicação para o sentido de voto sobre este documento.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que se o Grupo do PS vai votar contra porque o texto diz “... exorta-se a Câmara Municipal de Lagos a promover os necessários esforços técnicos para que as sessões da Câmara Municipal passem a ser transmitidas em directo via Internet em suporte áudio” o Grupo do PSD está disposto a fazer a seguinte alteração ao texto “... exorta-se a Câmara Municipal de Lagos a promover os necessários esforços técnicos para que as sessões da Assembleia Municipal passem a ser transmitidas em directo via Internet em suporte áudio”.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) sugeriu que este documento baixasse à Comissão Permanente, uma vez que quem manda na Bancada do PS é o PS não é o PSD.



Referiu que há que pensar bem no assunto antes de se cair no ridículo. Disse que se o documento não baixar à Comissão Permanente a Bancada do PS vota contra, sem problema algum, podendo o PSD acusar a bancada do PS do que quiser, porque a população não anda a dormir e sabe em quem pode confiar.-----

----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo do PSD tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	6	2	1	9
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	16	0	0	0	16

-----Assim a Moção apresentada pelo Grupo do PSD foi, por maioria, reprovada.---

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “O Grupo do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de Lagos, considerando que nos meses de Julho e Agosto existe uma afluência extraordinária de pessoas ao concelho derivado da oferta turística existente, e que nesses meses existe um acréscimo de roubos e furtos na zonas destinadas a estacionamento de viaturas junto á Praias da nossa Cidade, exorta-se a Câmara Municipal de Lagos a diligenciar junto das Autoridades competentes, nomeadamente da Guarda Nacional Republicana ou de empresas de Segurança legalmente admitidas pelo Ministério da Administração Interna à contratação de gratificados ou de prestação de serviços para policiamento/segurança dos Parques de Estacionamento da Zona da Meia-Praia.”-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que isto também aparece fora do tempo, uma vez que ainda na véspera desta reunião foi apresentada a Campanha Verão/2008, pelo Ministro da Administração Interna, onde foi anunciado o reforço do contingente das forças de segurança para o Algarve a partir do dia 1 de Julho. Informou que o PS iria votar contra esta Moção.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PSD já está habituado a que o PS vote contra a segurança das pessoas. Afirmou que o reforço anunciado é anunciado todos os anos, mas essa situação não faz com que exista um dispositivo permanente de segurança nas zonas balneares, uma vez que enquanto uma zona está a ser patrulhada outra não o está. Referiu que o que está a ser proposto é feito noutros municípios do Algarve.-----

-----O Sr. Carlos Ribeiro disse que isto se tratava de demagogia barata do PSD, uma vez que se está a caminhar para eleições. Referiu que o PSD esteve nas mesmas reuniões, onde ele próprio também esteve presente, com as forças de segurança, onde todos foram informados sobre tudo o que se vai passar durante o Verão de 2008 em termos de segurança. Disse que o PSD devia ter colocado este assunto em cima da mesa aquando das reuniões com as forças de segurança.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que esteve presente nas reuniões referidas pelo anterior orador e tinha ficado preocupado com o panorama traçado nessas reuniões, pelas forças de segurança, daí que a CDU nada tinha a opor à proposta apresentada, mas quem tem competências nestas áreas são as autoridades



Fl. 47v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

competentes.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a proposta do PSD tem uma visão diferente e não iria alterar o documento.-----

-----O Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) informou que o reforço da GNR já está em Lagos há mais de 15 dias, o reforço da Policia Marítima também já está presente e o da PSP inicia-se dia 1 de Julho. Disse que o PSD sempre criticou a Câmara por esta substituir o Estado em algumas áreas, mas agora é isso que está a propor.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o Sr. Pedro Cruz era capaz de estar um pouco confuso. Referiu que o PSD não é contra a Esquadra da PSP, mas é contra o negócio da Esquadra, negócios no bom sentido da palavra. Disse que o reforço da GNR é garantido com novos guardas que têm que andar sempre acompanhados por quem conhece o terreno e não fazem novas patrulhas.-----

-----O Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) disse que o PSD está a favor da segurança, mas gostava que fosse lembrada a votação do PSD em relação à criação da Polícia Municipal.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo do PSD tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	6	0	1	7
ABSTENÇÕES	0	0	2	1	3
VOTOS CONTRA	14	0	0	0	14

-----Assim a Moção apresentada pelo Grupo do PSD foi, por maioria, reprovada.---

-----Não participaram nesta votação por estarem ausentes da sala no momento desta votação os Srs. António Correia (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João) e Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere).-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “A nossa abstenção deve-se aos argumentos utilizados na discussão da proposta de que concordávamos, inteiramente, até às entidades competentes e que devia caber a essas forças competentes o reforço da fiscalização da zona referida nos considerandos.”-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que em relação ao Ponto 3 - Apreciação e votação do Estudo de Ocupação da Via Pública e Circulação nas Ruas 25 de Abril e Silva Lopes, em Lagos, o que a Assembleia vai apreciar e votar são as normas e não o estudo por isso sugeriu que o texto do Ponto 3 passasse a ser o seguinte: “Apreciação e votação das Normas para a implementação do Estudo de Ocupação da Via Pública e Circulação nas Ruas 25 de Abril e Silva Lopes, em Lagos”.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) aceito a sugestão.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----**PONTO 1 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO AO PLANO**



PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DO ANO 2008: Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-461-21.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) solicitou esclarecimento sobre a rubrica “Limpeza Motel de Santa Maria”.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que é uma intervenção que a Câmara deliberou fazer, substituindo-se aos proprietários e isso tem que estar previsto em Plano.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou o porquê da Câmara substituir os proprietários.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, esclareceu que quando os proprietários não cumprem as ordens administrativas que lhes são dadas a Câmara tem o privilégio de executar as acções que foram solicitadas aos proprietários, nomeadamente, quando se tratar de impor aos proprietários que tomem conta das suas propriedades e que as limpem e que as tenham em condições de não deteriorar a imagem urbana e a vivência urbana que é o que, infelizmente, acontece no local mencionado.-----

-----O Sr. José Mariano (IND) disse estranhar o facto desta documentação não se fazer acompanhar da certidão da deliberação da Câmara. Perguntou se a Câmara iria reaver o dinheiro gasto na limpeza mencionada.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse que a rubrica sobre a requalificação do Parque das Freiras tem verbas para 2008, 2009 e 2010, tendo perguntado que intervenção vai ser feita em 2008 no Parque das Freiras.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que a certidão desta deliberação da Câmara não consta na documentação, mas o assunto foi aprovado por maioria na Câmara Municipal, sem nenhum voto contra. Esclareceu que o processo de limpeza vai ser cobrado ao proprietário. Em relação ao Parque das Freiras informou que têm vindo a evoluir diversas obras e estavam em curso diversos projectos com vista a melhorar o espaço e a dar condições para os eventos que lá acontecem, como o Feira Quinhentista, Feira Arte Doce, etc.; acrescentou que essa requalificação é ao nível das infra-estruturas, do auditório e de todo o espaço envolvente, no sentido de criar infra-estruturas permanentes.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DO ANO 2008** que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	1	17
ABSTENÇÕES	0	6	2	1	9
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0



Fl. 48v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----Assim foi aprovada, por maioria, a 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2008, conforme proposto pela Câmara Municipal de Lagos.--

-----O Sr. Luís Bandarra (PS (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) convidou todos os presentes para participarem nas comemorações do quinto aniversário da elevação de Odiáxere a Vila, a partir das 20 horas do dia 1 de Julho.---

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 7 de Julho de 2008, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no Ponto 2 da Ordem do Dia, tendo, eram 23 horas e 59 minutos, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....

.....
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....
.....